

# Cabral afirma que não aceitará imposições

Lula Marques

De pag. A-6.  
Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, relator da Comissão de Sistematização, enfrentou ontem a primeira crise de seu trabalho. "Ninguém me impõe nada", disse Cabral, num tom exaltado, depois de uma reunião com o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte. Nos últimos três dias, os dois grupos de relatores auxiliares, escolhidos por Cabral para assessorá-lo, disputaram espaço político, preparando dois anteprojetos diferentes com a compatibilização dos relatórios das comissões temáticas.



relatórios das comissões temáticas seria feita pelo grupo interpartidário, comandado pelo deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ).

"Os dois grupos têm um comandante, que se chama Bernardo Cabral", disse o relator da Sistematização. A única diferença entre os dois grupos, admitida por Cabral, é quanto ao critério de escolha. Os adjuntos seguiram um critério político, por serem do PMDB. "Os relatores de campo foi uma escolha de relacionamento pessoal", afirmou Cabral, acrescentando que cada um dos oito pertencia a uma das comissões temáticas. Além de Oliveira, o grupo é formado por: Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Virgílio Távora (PDS-CE), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), Renato Vianna (PMDB-SC), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Konder Reis (PDS-SC) e Nilson Gibson (PMDB-PE).

## Conservadores

Cabral negou que o conflito entre os grupos tenha se aguçado pelo perfil "conservador" da comissão dos "relatores de campo". "O Virgílio Távora foi indicação do Fernando Henrique Cardoso", disse. Sobre os outros relatores, Cabral mencionou apenas sua amizade e longo conhecimento.

Cabral não pretende, porém, reunir os dois grupos de relatores simultaneamente. "A metodologia de trabalho não seria positiva", disse. Nos próximos dias, o relator, além de trabalhar na compatibilização dos relatórios das comissões, vai escrever um projeto para a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia, e da Comunicação, que não aprovou nenhum substitutivo.

"Quem vai redigir sou eu", disse Cabral, e acrescentou: "Não vou permitir conflitos que atrapalhem meu trabalho". A disputa entre os dois grupos foi atribuída, por Cabral, à " vaidade" entre os constituintes. "Cada grupo está dando afinetadas de ambos os lados. Mas não se esqueçam que eu disputei o lugar de relator da Constituinte. Todos poderiam ter disputado", declarou.

Cabral disse que não há "nenhuma confusão" sobre as atribuições de cada um dos grupos de relatores auxiliares. Os quatro relatores-adjuntos do PMDB — senadores Fernando Henrique Cardoso (SP), Wilson Martins (MS) e José Ignácio Ferreira (ES) e o deputado Nelson Jobim (RS) — auxiliariam o relator na preparação de um esboço do anteprojeto. A apresentação dos pontos conflitantes e repetitivos nos



O relator Bernardo Cabral, durante reunião com vereadores no Congresso

## Covas não pretende mandar recurso de Severo a Ulysses

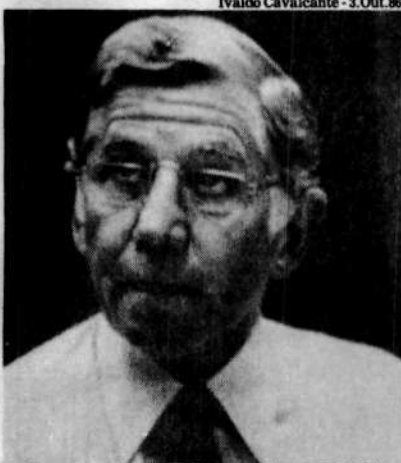
Da Sucursal de Brasília

O senador Mário Covas (PMDB-SP), 57, líder do PMDB no Congresso constituinte disse ontem que "por enquanto não pretende dar encaminhamento" ao recurso do relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), 62, centro-esquerda, para que seja anulada a votação que substituiu totalmente seu relatório.

Caso o presidente do PMDB, da Câmara dos Deputados do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 70, centro, aprove o recurso, todas as propostas de emendas apresentadas pela comissão serão enviadas para a Comissão de Sistematização.

Covas tem prazo até o próximo dia 26 para fazer isso. Nesta data o primeiro parecer da Comissão de Sistematização será votado em plenário.

O líder do PMDB não tem dúvidas quanto às falhas cometidas pelo presidente da comissão, deputado José Lins (PFL-CE), 66, centro-direita, no encaminhamento da votação, conforme estão citadas no recurso de Severo Gomes. Ao acatar emendas ao relatório, antes da votação do mesmo, o deputado deixou de obedecer o regimento da própria comissão que presidia. O artigo 18, letra b do item 2, prevê que o "substitutivo do relator terá preferência para votação e, se aprovado, ficam prejudicados o anteprojeto original e as emendas,



Senador Severo Gomes (PMDB-SP)

ressalvando-se os destaques concedidos".

Embora tenha decidido de forma parcial, José Lins tem a seu favor a resposta dada pelo deputado Ulysses Guimarães a um ofício de Covas, onde este indaga sobre a aceitação de emendas substitutivas aos relatórios das comissões. Após citar o exemplo do que ocorria na própria Comissão da Ordem Econômica, onde a maioria dos dispositivos não são correlatos — impedindo emendas substitutivas que mudem a integralidade do substitutivo original — o presidente da Constituinte, deixa a critério do presidente da comissão, ou a ela própria, examinar e definir o que é modificação correlata.

## Procuradores têm 'lobby' para manter das atuais atribuições

Da Sucursal de Brasília

Os cerca de trezentos procuradores da República formam hoje um dos mais influentes "lobbies" que atuam no Congresso constituinte. Seu objetivo principal é manter as atuais atribuições da Procuradoria da República, que acumula duas funções opostas: a de advogado da União, agindo em sua defesa nos processos em que o acusado é o governo federal, e a de promotor federal, encarregado de conduzir ações contra a União. Este duplo papel será extinto na nova Constituição, caso prevaleça a fórmula adotada no relatório da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, elaborado pelo deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), centro-esquerda.

## Acusações

O ex-presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alvaro Augusto Ribeiro da Costa, acusou o deputado Egídio Ferreira Lima de não respeitar, ao redigir o relatório, as decisões da Comissão. Ribeiro da Costa disse que a Comissão votou pela criação da "Procuradoria Geral da União" — formada pelos advogados de defesa da União — como órgão subordinado à Procuradoria da República. Mas no relatório a "Procuradoria da União" é um órgão do Executivo, chefiado pelo procurador-geral da União, que é nomeado pelo presidente da República.

## Críticas

Outra controvérsia na área do Judiciário é sobre a "Defensoria do Povo", cuja criação é prevista no relatório da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. O procurador da República Roberto Monteiro Gurgel disse que a "Defensoria do Povo" é inútil. Gurgel afirma que a defesa do cidadão em relação ao Estado é feita atualmente pela Procuradoria da República. O relator da Comissão de Soberania, senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), centro-esquerda, acusou o argumento de Gurgel de "falacioso". O "defensor do povo", segundo o relatório, seria escolhido pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, para um mandato não renovável de quatro anos.

Bisol disse que a Procuradoria da República, por ser dependente do Estado, não pode fiscalizar os abusos de poder deste contra o cidadão, o que seria função da "Defensoria do Povo". O "defensor do povo", de acordo com a proposta da Comissão, "é escolhido em sessão secreta pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, entre candidatos indicados pela sociedade civil". O relatório, que já foi encaminhado à Comissão de Sistematização, diz que "a função de 'defensor do povo' é incompatível com o exercício de qualquer outro cargo ou função pública".